



Segunda-feira, 01 de março de 2021 às 10:24, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 2891932: DECRETO PMI Nº 020, DE 26 DE
FEVEREIRO DE 2021

ENTIDADE

Prefeitura Municipal de Imbituba

MUNICÍPIO

Imbituba



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:2891932>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



DECRETO PMI Nº 020, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais no Sistema Municipal de Ensino pela modalidade remota até o dia 05 (cinco) de março de 2021, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da pandemia da Covid-19;

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.168 de 24 de fevereiro de 2021 que altera o Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense.

CONSIDERANDO a situação de emergência decretada no município de Imbituba, em razão da COVID-19 nos termos do Decreto Municipal n.º 029 de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 019 de 26 de fevereiro de 2021, parágrafo único, alínea “b” do artigo 3º, que dispõe da possibilidade, em casos excepcionais, do ensino remoto;

CONSIDERANDO a reunião extraordinária do comitê de gerenciamento da Covid-19, realizada no dia 26 de fevereiro de 2021, bem como a situação crítica em que se encontra o Município diante da pandemia;

CONSIDERANDO o parecer número 001/2021, do Conselho Municipal de Educação de Imbituba – COMEDI, que deliberaram afirmando que as aulas remotas atendem de forma mais segura o acesso a aprendizagem no momento;

CONSIDERANDO a situação de evasão dos funcionários da Rede Pública Municipal de Ensino, já no período de planejamento e organização das instituições, em razão de terem testado positivo para COVID-19 e/ou suspeita, em número de 49 pessoas, e ainda, com aproximadamente 50 servidores do grupo de risco;

CONSIDERANDO o teor do artigo 196 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assim disposto “ A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

CONSIDERANDO o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da medida cautelar na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 6.341, e (ADPF) 672/DF declarando a competência de governadores e prefeitos para restringir a locomoção (direito de ir e vir), no âmbito de seus Estados e Municípios, em decorrência da situação provocada pela pandemia da Covid-19.



CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego de medidas de prevenção, controle e contenção do contágio pela Covid-19, em especial aquelas que visam a proteção à saúde e a recuperação da oferta de vagas de leitos hospitalares voltados ao tratamento das pessoas acometidas pela Covid-19.

DECRETA:

Art. 1º Autorizar, até dia 05 (cinco) de março de 2021, em caráter excepcional, no Sistema Municipal de Ensino, especificamente nas escolas da Rede Pública Municipal a substituição das disciplinas presenciais, na Educação Infantil e nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, por atividades letivas e pedagógicas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios afins, e atividades de regime domiciliar, conforme prevê o § 4º, do inciso IV, do artigo 32, da Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 2º Será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação a definição dos conteúdos e componentes a serem aplicados, das ferramentas a serem utilizadas, bem como as formas de avaliação e registros, para fins da educação remota nesse período.

Art. 3º As atividades educacionais desenvolvidas através do uso das tecnologias ou atividades em regime domiciliar serão consideradas e validadas como conteúdo acadêmico aplicado no referido período, compondo assim o total de horas estabelecido na legislação vigente.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação providenciará Calendário Escolar atualizado, adequando-se as peculiaridades da situação de calamidade pública, sem reduzir o número de horas letivas, tendo por objetivo o cumprimento da carga horária mínima anual, nos termos da legislação vigente.

Art. 5º Fica facultado para o período compreendido entre o dia 01 de março de 2021 a 05 de março de 2021, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, a implantação de Plano de Ação de Acompanhamento dos alunos, contendo no mínimo:

- I – Avaliação Diagnóstica para fins de verificação do nível de aprendizagem dos alunos;
- II – Programas obrigatórios de estudos de recuperação para casos de baixo rendimento escolar, diagnosticados através da avaliação, constante do inciso I, deste artigo.
- III – Programas complementares de apoio, a serem definidos.

Art. 6º Deverá, até o dia 05 de março de 2021, ordinária ou extraordinariamente, reunir-se, o comitê de gerenciamento da Covid-19, COMEDI, para subsidiar a autoridade competente no que tange a avaliação do retorno das aulas de forma presencial.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos de 01 de março de 2021 até o dia 05 de março de 2021.

Imbituba, 26 de fevereiro de 2021.

Rosenvaldo da Silva Junior
Prefeito



GOVERNO DE
IMBITUBA

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador